

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER JURÍDICO

Projeto de lei nº. 018/2022

Ratifica o Termo Aditivo do CONTRATO DE CONSÓRCIO do “Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional – CONDER dos Municípios que integram a Microrregião do Centro Sul do Estado do Paraná”.

DO OBJETO DE ANÁLISE

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o projeto de lei nº. 18/2022, cuja súmula é a proposta acima.

A proposição visa incluir ações, em especial pelo fato de que o CONDER foi selecionado pelo Ministério da Economia e Caixa Econômica Federal para participar do projeto de modernização de iluminação pública dos municípios consorciados em modalidade PPP- Parceria Público Privada. Ademais ressalta-se que o presente aditivo foi aprovado pela Assembleia Geral.

Passo a análise jurídica.


A Fundamentação jurídica já foi manifestada no parecer jurídico do Projeto de Lei nº 017/2022, iniciativa do Poder Executivo. Nesse sentido, se torna desnecessária uma repetição da fundamentação jurídica sendo que o tema dessa proposição se refere a razões de interesse público, na qual não compete a este órgão adentrar ao mérito.

Conclusão

Ante o exposto, não vejo óbice para o prosseguimento da matéria em análise. A comissão de Legislação, Justiça e Redação deve emitir parecer. Lembro que o quórum para aprovação/rejeição é preciso contar com maioria simples

É o parecer.

São Mateus do Sul/PR, 12 de abril de 2022.


WELLINGTON ALVES FARIAS
Portaria nº 005/2013
OAB-PR Nº 66.813



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER JURÍDICO

Projeto de lei nº. 018/2022

Ratifica o Termo Aditivo do CONTRATO DE CONSÓRCIO do “Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional – CONDER dos Municípios que integram a Microrregião do Centro Sul do Estado do Paraná”.

DO OBJETO DE ANÁLISE

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o projeto de lei nº. 18/2022, cuja súmula é a proposta acima.

A proposição visa incluir ações, em especial pelo fato de que o CONDER foi selecionado pelo Ministério da Economia e Caixa Econômica Federal para participar do projeto de modernização de iluminação pública dos municípios consorciados em modalidade PPP- Parceria Público Privada. Ademais ressalta-se que o presente aditivo foi aprovado pela Assembleia Geral.

Passo a análise jurídica.


A Fundamentação jurídica já foi manifestada no parecer jurídico do Projeto de Lei nº 017/2022, iniciativa do Poder Executivo. Nesse sentido, se torna desnecessária uma repetição da fundamentação jurídica sendo que o tema dessa proposição se refere a razões de interesse público, na qual não compete a este órgão adentrar ao mérito.

Conclusão

Ante o exposto, não vejo óbice para o prosseguimento da matéria em análise. A comissão de Legislação, Justiça e Redação deve emitir parecer. Lembro que o quórum para aprovação/rejeição é preciso contar com maioria simples

É o parecer.

São Mateus do Sul/PR, 12 de abril de 2022.


WELLINGTON ALVES FARIAS
Portaria nº 005/2013
OAB-PR Nº 66.813